



GT 09. Antropologia das Mobilidades

Coordenador(es):

André Dumans Guedes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Sessão 1

Debatedor/a: John Cunha Comerford (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Cristina Patriota de Moura (UNB - Universidade de Brasília)

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se “entre” lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

Os movimentos da comunidade de Paracatu de Baixo (MG) após o rompimento da barragem de Fundão

Autoria: Gabriela de Paula Marcurio (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Pretendo apresentar minha pesquisa com a comunidade de Paracatu de Baixo, em Mariana, Minas Gerais. Meu objetivo é mostrar como os movimentos formam a noção de comunidade, tanto em suas variações semânticas, quanto em suas práticas. Esses movimentos abrangem tempos, deslocamentos, lugares e atividades que regem a vida social dos moradores. A comunidade foi devastada pelo rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão, propriedade das mineradoras Samarco S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., em 05 de novembro de 2015. As atingidas e os atingidos foram deslocados compulsoriamente para a sede municipal, onde vivem em casas alugadas pela Fundação Renova, representante das mineradoras. O work na roça, a relação de vizinhança, as trocas e circulações de gentes e alimentos oriundos dos quintais, a pesca no rio Gualaxo do Norte, as idas e vindas da cidade, bem como os rituais católicos foram interrompidos. A imposição dessa organização socioespacial reduziu os encontros dos moradores às reuniões da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), atividade que marca a rotina extraordinária, oximoro que utilizo em referência à vida de incertezas e inseguranças na cidade. Por outro lado, uso o pleonasmo cotidiano ordinário para me referir aos movimentos típicos da vida em Paracatu, conforme os moradores narraram, indicando a centralidade da noção de comunidade, marcada antes e depois do



rompimento da barragem. A/os atingida/os criaram esse método comparativo que mobiliza o passado para falar do presente e do futuro. Dessa forma, remetem aos fluxos do rio; às mudanças dos terrenos de acordo com os casamentos dos filhos e os ciclos agrícolas; e, às festas do Padroeiro Santo Antônio, do Menino Jesus e da Folia de Reis ao reivindicarem seus modos de vida. Minha hipótese se estende para o processo de reassentamento, pois argumento que os esforços da/os atingida/os estão na combinação de movimentos, atualizando os do passado e desenhando novos trajetos, a exemplo do movimento social, para construir modos de vida dinâmicos. Assim, os moradores anunciam como a comunidade era, não para reproduzir suas formas, mas para afirmar o que ?a comunidade quer?, em um embate constante com as formas estáticas utilizadas pelas mineradoras para a ?reparação? do desastre.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: